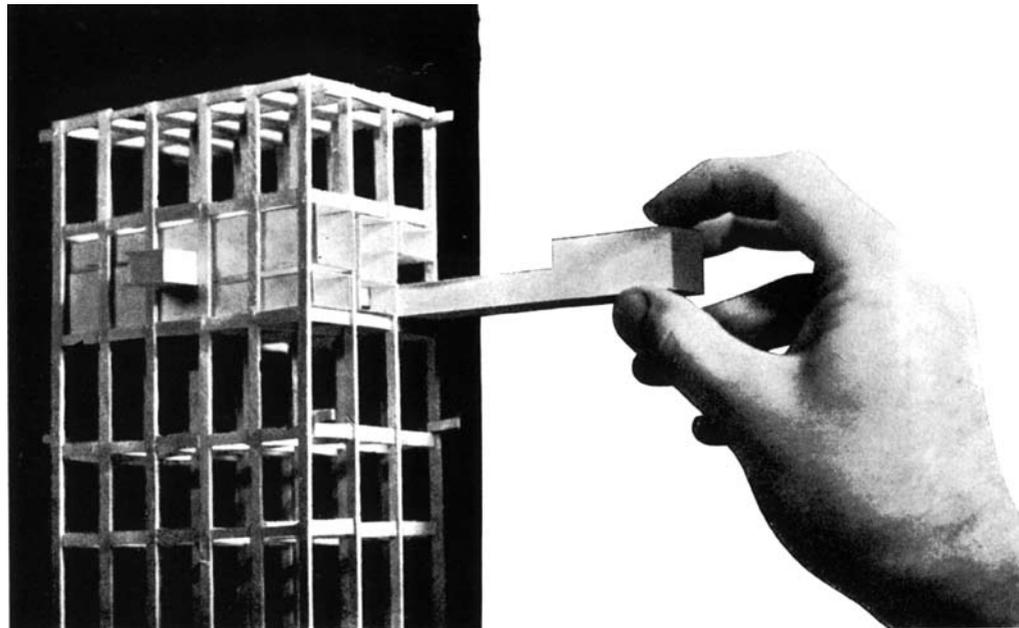


## *A Nossa Casa, 44, piso 12, ap. 136* *Dois Pontos Para Outras Formas de Habitar*

Rui Ramos\*

*Esquema associativo das células habitacionais para a Unidade de Habitação de Marselha, 1947-52.*

[W. Boesiger, H. Girsberger.  
*Le Corbusier 1910-65*. Barcelona:  
Gustavo Gili, 1971]



A prática do ensino da arquitectura tem-nos permitido interrogar a *forma como habitamos, onde habitamos e qual a relação entre a habitação e os modos de vida*. A disciplina de projecto, nesta circunstância, é o local de investigação onde são discutidas e confrontadas as imagens que transportamos da *nossa casa*, com as possibilidades actuais de inovação em edifícios de habitação colectiva. Estas interrogações sobre a casa que habitamos tem permitido explorar outras formas de habitação que tentam compreender os sinais de mudança da condição urbana, actualmente perspectivados nos estilos de vida. Nestes trabalhos académicos constatamos já não só uma preocupação em responder a aspectos estritamente funcionais, mas também em saber em que medida a arquitectura pode influenciar o nosso quotidiano doméstico.

Na constatação deste interesse julgamos não estar perante uma hiper-valorização de outros campos disciplinares na produção arquitectónica, como ocorreu nos anos 60 e 70 com a sociologia e a antropologia, mas antes perante a aceitação de que a informação para o desenho de um edifício não reside numa única área disciplinar, isto é, não reside só na arquitectura, não é seu exclusivo. A compreensão das novas questões colocadas pelo espaço edificado implicam que falemos de convergência de conhecimentos e simultaneamente assinalemos aqueles cruzamentos de saberes que balizam o nosso contacto com a realização arquitectónica, com a sua ambição espacial, e que por isso são também sua parte integrante ainda que não total.

\* Arquitecto.

Observando esta experiência académica e reflectindo sobre as actuais condições de edificação da habitação colectiva parece-nos significativo considerar dois problemas que julgamos cruciais para responder às transformações em curso na habitação: o primeiro trata a sua relação com o exterior, isto é, com o espaço não edificado e com a cidade; o segundo refere-se à alteração da organização interna do seu programa.

### 1

É notório que cada vez mais a procura de casa envolve um conjunto de factores, dos quais a relação da casa com o exterior é um aspecto importante e significativo na escolha da habitação. Isto reflecte-se nos tipos de edifícios de habitação colectiva e na sua capacidade de encontrarem processos de uso do espaço exterior como dilatação do espaço da casa habitualmente encerrado *por quatro paredes*. Isto passa não só pela utilização de fórmulas conhecidas de relação mais ou menos directa entre o edifício e unidade de habitação com o chão, isto é, com o jardim, o logradouro ou o pátio, mas também pela reconfiguração destes elementos, inovando os dispositivos de habitação colectiva para responder às exigências decorrentes da cultura urbana contemporânea. A relação do edifício com o solo é, assim, um problema essencial da construção no espaço urbano e constitui um aspecto qualificador na articulação de espaços exteriores públicos e privados, nunca resolvido desde o abandono da rua como estrutura de planeamento urbano e arquitectónico.

Esta extensão da casa sobre o exterior pode ser também estudada nos pisos superiores de um edifício de habitação colectiva, isto é, sem um contacto directo com o solo, com a introdução, na organização doméstica, de espaços abertos que transportem para o décimo segundo piso o sonho da nossa casa com jardim. Estes espaços que estendem a vida doméstica para um recinto aberto e polivalente, apontam para um uso diferente da habitação de acordo com novos padrões de vida.

Esta oferta de espaços que prolongam a vida doméstica para o exterior, transportando para um edifício em altura a nossa ideia de casa individual, constitui uma opção que foi desde sempre considerada, em diferentes graus, na habitação de todos os *standards*. O espaço exterior e a vista panorâmica sobre ele constituem um dos principais factores sobre o qual construímos o imaginário que distingue *a nossa casa* de um apartamento.

A inclusão do exterior no espaço da habitação é experimentado no século xx por sucessivas gerações de arquitectos. A sua articulação com a habitação será um dos aspectos publicitados por Le Corbusier na promoção da nova forma de habitar. Em 1926 a promoção do projecto de habitação colectiva *immeubles-villas* salienta a inovação de ser possível reproduzir o ambiente de uma casa com jardim num edifício de apartamentos, pela introdução do novo dispositivo *terraço jardim* com 70m<sup>2</sup> em cada habitação. O jardim ou o espaço exterior é, assim, um dos elementos identificados como pretensão essencial para quem sonha com uma casa. A solução de Le Corbusier não só garante esta possibilidade como também oferece a independência e a privacidade na utilização deste espaço exterior num piso elevado de um edifício de habitação colectiva.

A dilatação da habitação sobre o espaço exterior apresenta diferentes possibilidades que podem incluir desde o redimensionamento das vulgares varandas, transformando-as num espaço de estar reentrante no edifício, como nos exemplos realizados nos anos 50 e 60 por Alvar Aalto ou Pedro Ramalho e Sérgio Fernandez; ou, pelo seu inverso, com balanços projectados para fora do perímetro da construção, como nos exemplos dos projectos do

**A inclusão do exterior no espaço da habitação é experimentado no século xx por sucessivas gerações de arquitectos. A sua articulação com a habitação será um dos aspectos publicitados por Le Corbusier na promoção da nova forma de habitar.**





MVRDV, 100 habitações para idosos, Amsterdã-Osdorp, 1994-97.  
[Zodiak, n.º 8, 1992]

mrvdv que recuperam o protótipo de Moshe Safdie, *habitat* na expo 67 em Montrael, que parecem sugerir nos pisos elevados a ideia de pátio ou de terraço; ou ainda pela dilatação da perspectiva como espaço virtual da casa, já assinalados nos projectos do *case study house* com a legendária imagem da casa #22 de Pierre Koenig que estende o espaço visual sobre o horizonte de Los Angeles incluindo-o como se tratasse do seu espaço exterior.

## 2

A produção de habitação colectiva tem estado sujeita a um estereótipo definido pelos conhecidos t2 e t3 onde actualmente podemos registar alguns sinais de transformação. Esta mudança pode ser observada em dois exemplos de recentes operações imobiliárias que identificam diferentes modos de vida e formas de habitação como mote da sua promoção: a *studio's*, habitações compostas unicamente de sala e cozinha, promovida junto de estudantes universitários; e os condomínios geriátricos que incluem no conjunto habitacional facilidades para uma vida quotidiana de casais já sem filhos em casa.

Julgamos que os modelos convencionais de habitação colectiva tendem para o seu esgotamento, configurando a necessidade de questionar e explorar diferentes alternativas de habitação, na tentativa de responder melhor aos actuais “estilos de vida”. Assim, a actual tipificação do programa doméstico na habitação colectiva pode dar lugar a algumas interrogações. Exemplificando, podemos adiantar algumas dessas questões:

- A segregação entre áreas de quartos e sala corresponde a uma única solução de separação? Não existem soluções mais permeáveis que possam satisfazer diferentes formas de apropriação e uso do espaço doméstico?
- O encerramento completo da cozinha num compartimento, por vezes com uma

**Julgamos que os modelos convencionais de habitação colectiva tendem para o seu esgotamento, configurando a necessidade de questionar e explorar diferentes alternativas de habitação, na tentativa de responder melhor aos actuais “estilos de vida”.**



Pierre Koenig, *Case Study House # 22, Los Angeles, 1959-60.*  
 [Elizabeth Smith, (org.). *Blueprints for modern living: History and Legacy of the Case Study Houses*. MIT Press, 1989.]

porta de ligação com zona de comer, satisfaz as actuais formas de partilha dos trabalhos domésticos e da nova culinária que nela se processa? (Referimo-nos, por exemplo, às refeições pré-preparadas).

– A sala comum (cada vez menos comum) deve continuar a concentrar as formas de estar quando o quarto assume um papel importante como espaço alternativo?

Tem de ser mantida a circulação através de corredores e átrios, como única forma de separar espaços, num ambiente doméstico cada vez mais híbrido no uso e mutante no tempo? (Por exemplo, os ciclos de uso da habitação provocados pelo crescimento dos filhos).

– Ou ainda, todo o programa doméstico tem de ficar contido no espaço da casa? Não existe a possibilidade de oferecer a sua extensão em zonas colectivas, tal como hoje já

acontece com as salas para festa ou com a centralização de alguns serviços, mas usando isso como oportunidade para reformular os conceitos de espaço habitável?

Como estes temas não se esgotam, reparemos ainda nas questões relativas ao trabalho em casa, permanente ou só à noite, ou no síndrome do microondas que permite podermos comer a horas diversas, individualmente ou em grupo, formal ou informalmente. E as novas tecnologias? O cinema em casa com o dvd, a informação e os serviços com a Internet e a grande oferta de canais de tv!

Pouco a pouco estes novos sinais vão entrando no nosso quotidiano, como pequenas mudanças nas estruturas habitacionais, nos nossos comportamentos domésticos e nas expectativas que temos relativamente à *nossa casa*. Verifiquemos três exemplos desta discreta transformação dos nossos hábitos e do espaço que habitamos: a simples localização das tomadas de telefone – antigamente só presentes no átrio de entrada em casa, hoje encontram-se em todos os compartimentos; a tecnização da cozinha pré-equipada, como paradigma da eficácia e da rapidez de uma linha de montagem de alimentos, é um dado incontornável do nosso imaginário doméstico; ou ainda o número crescente de instalações sanitárias na habitação que chegando a ser em número superior ao dos quartos, indicia a nossa expectativa no uso individual e reforça a ideia de privacidade como aspecto subjacente ao aumento do conforto.

A consideração destes aspectos, tanto no âmbito do fogo como no da sua relação com o espaço exterior, aponta para a necessidade de repensar a normativa em vigor caracterizada pela rigidez face à inovação.

Actualmente, um dos principais elementos reguladores da construção do espaço habitacional é o regulamento geral das edificações urbanas (rgeu), publicado pela primeira vez em agosto de 1951 (posteriormente objecto de sucessivas actualizações), e que surge na sequência de diversas leis dispersas com origem na concepção do controlo da esfera da vida pública e privada iniciada nos séculos anteriores. Alguma da actual tipificação da nossa forma de vida doméstica e do espaço de habitar assenta em ideias de funcionamento, de conforto e de higiene definidas por esta normativa. A organização geral da habitação, a constituição dos quartos, o dimensionamento da cozinha, o número e funcionamento das instalações sanitárias e a largura dos corredores são dados da nossa casa regulamentados tendo em vista a defesa de um conjunto de condições de habitabilidade, na tradição higienista e de controlo social do século XIX, que hoje podem ser interrogadas face à necessidade de responder às solicitações contemporâneas da habitação como local de vida e de trabalho.

Esta normativa, e apesar das suas discretas actualizações, não aceita facilmente uma intervenção arquitectónica que pretenda responder a novos estilos de vida. Recordamos a dificuldade de projectar uma casa sem divisões tradicionais (um *loft*), de incorporar nela os actuais sistemas de suporte à qualidade de vida, como a ventilação e a iluminação, ou os novos processos de produção em construção civil com materiais cada vez mais eficientes.

Torna-se assim pertinente interrogarmo-nos sobre a obsolescência deste modelo e sobre as condições que pretendemos para a nossa casa, agora possivelmente situada na entrada 44, piso 12, apartamento nº136 de um edifício de habitação colectiva, que incorporará o nosso desejo onírico de uma casa com jardim e que com certeza será mais consonante com as actuais condições de vida. ■

Pouco a pouco novos sinais vão entrando no nosso quotidiano, como pequenas mudanças nas estruturas habitacionais, nos nossos comportamentos domésticos e nas expectativas que temos relativamente à *nossa casa*.